

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

THE CHALLENGES OF YOUTH AND ADULT EDUCATION AND CONTRIBUTIONS TO ADDRESSING SOCIAL EXCLUSION

LOS DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS Y SUS CONTRIBUCIONES PARA ABORDAR LA EXCLUSIÓN SOCIAL

Marta Mann¹
Rosiméri de Fátima Vandoski²
Marjorie Wilt Pereira³

Resumo

O presente trabalho discursa sobre a Educação de Jovens e Adultos, como esta modalidade pode contribuir positivamente para o enfrentamento da exclusão social. Estudos sobre a relação entre a EJA e a exclusão refletem sobre essa modalidade de ensino junto ao cenário brasileiro, observando as políticas públicas voltadas para essa área. Alguns fatores que são determinantes para o sucesso ou o fracasso escolar, sejam eles sociais, políticos ou econômicos. O principal objetivo da pesquisa é analisar, por meio das práticas pedagógicas, o papel social da Educação de Jovens e Adultos para o combate das desigualdades sociais, a fim mostrar até que ponto a educação contribui para uma possível mudança pessoal e social. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa com base de dados utilizadas para a construção desse artigo foram livros, revistas, trabalhos acadêmicos, sites e revistas. Assim, entende-se que, no Brasil, a história da EJA foi influenciada por vários aspectos políticos, econômicos e sociais ao longo do tempo, evidenciando as mudanças e as transformações ocorridas no decorrer dos tempos e as metodologias utilizadas. Para fins de discussão, percebe-se que o papel do professor como o mediador do conhecimento deve ser considerado como um fator determinante no sucesso do ensino-aprendizagem. Através do professor, o aluno pode acreditar em seu potencial, desenvolver suas habilidades intelectuais e perceber-se como um ser capaz de alcançar seus objetivos educacionais e profissionais. A EJA ainda tem longo caminho a percorrer, e é necessário evoluir para tornar efetiva a promoção de ensino e conhecimento.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Exclusão Social. Educação. Trabalho. Professor.

Abstract

This article discusses Youth and Adult Education, and how this form of education can positively contribute to addressing social exclusion. Studies on the relationship between Youth and Adult Education and exclusion reflect on this form of education within the Brazilian context, observing public policies focused on this area. Various factors that determine success or failure in education, whether they are social, political, or economic, are analyzed. The main objective of the research is to analyze, through pedagogical practices, the social role of Youth and Adult Education in combating social inequalities, to demonstrate the extent to which education contributes to possible personal and social change. A qualitative bibliographic research was conducted, and data sources used for the construction of this article included books, magazines, academic papers, websites, and journals. Thus, it is understood that in Brazil, the history of Youth and Adult Education has been influenced by various political, economic, and social aspects over time, highlighting changes and transformations that have occurred over the years and the methodologies used. For the purpose of discussion, it is evident that the role of the teacher as a knowledge mediator should be considered a determining factor in the success of teaching and learning. Through the teacher, the student can believe in their potential, develop their intellectual abilities, and

1 Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: marta-mann@bol.com.br

2 Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: merivandoski@hotmail.com

3 Professora do Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: marjorie.p@uninter.com

see themselves as capable of achieving their educational and professional goals. Youth and Adult Education still have a long way to go, and evolution is necessary to make the promotion of education and knowledge effective.

Keywords: Youth and Adult Education. Social Exclusion. Education. Work. Teacher.

Resumen

Este artículo trata sobre la Educación de Jóvenes y Adultos y cómo esta modalidad puede contribuir de manera positiva para enfrentar la exclusión social. Los estudios sobre la relación entre la Educación de Jóvenes y Adultos y la exclusión reflexionan sobre esta forma de educación dentro del contexto brasileño, observando las políticas públicas centradas en esta área. Se analizan diversos factores que determinan el éxito o el fracaso en la educación, ya sean sociales, políticos o económicos. El objetivo principal de la investigación es analizar, a través de prácticas pedagógicas, el papel social de la Educación de Jóvenes y Adultos en la lucha contra las desigualdades sociales, para demostrar hasta qué punto la educación contribuye al posible cambio personal y social. Se realizó una investigación bibliográfica cualitativa, y las fuentes de datos utilizadas para la construcción de este artículo incluyeron libros, revistas, trabajos académicos, sitios web y revistas. Así, se entiende que en Brasil, la historia de la Educación de Jóvenes y Adultos ha sido influenciada por diversos aspectos políticos, económicos y sociales a lo largo del tiempo, destacando cambios y transformaciones que han ocurrido a lo largo de los años y las metodologías utilizadas. Con fines de discusión, es evidente que el papel del docente como mediador del conocimiento debe considerarse un factor determinante en el éxito de la enseñanza y el aprendizaje. A través del docente, el estudiante puede creer en su potencial, desarrollar sus habilidades intelectuales y verse capaz de alcanzar sus objetivos educativos y profesionales. La Educación de Jóvenes y Adultos todavía tiene un largo camino por recorrer, y la evolución es necesaria para hacer efectiva la promoción de la educación y el conocimiento.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Exclusión Social. Educación. Trabajo. Profesor.

1 Introdução

Um dos maiores obstáculos encontrados no trabalho dos docentes está diretamente relacionado à complexidade do ensino, que existe em qualquer fase do desenvolvimento. A educação possui segmentos de ensino e cada um desses tem um grupo de características que encaminha o professor a realizar e definir suas ideias sobre o ensino e a própria profissão. Nos últimos anos, no Brasil, o ensino público está se destacando através das políticas educacionais, tanto por ter adquirido uma maior abrangência, quanto por ter como consequência, uma universalização do ensino fundamental.

Atualmente, vive-se em um período de aceleradas mudanças nas relações entre indivíduos e conhecimentos. Apesar disso, a prática dos professores, de modo geral, permanece reproduzindo uma maneira sistemática e de organização muito semelhante a uma prática que retém as deduções do sistema tradicional e tecnicista. O profissional da educação leva para a sala mecanismos de aprendizado e expectativas por aprender parecidas com as que foram submetidos até então, como estudante, em sua fase de escolarização elementar.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que tem dado a muitas pessoas a oportunidade da terminalidade. Sendo assim, ela visa suprir as necessidades educacionais de jovens e adultos que, por algum motivo, foram privados do direito à educação e buscam reparar esta defasagem. Com o retorno à sala de aula, o indivíduo se apropria da

possibilidade de adquirir habilidades e competências que serão necessárias para seu desenvolvimento pessoal, social, cultural e intelectual, fugindo assim dos índices de exclusão social.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de abordar a modalidade EJA como forma de proporcionar ao indivíduo a oportunidade de terminar seus estudos e conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho, além de reduzir o índice de exclusão social decorrente da falta e/ou baixo grau de instrução. Além disso, é importante abordar a temática para verificar a importância de se oferecer tal modalidade de ensino a fim de consolidar o que se preconiza na Constituição Federal no que tange a educação para todos.

Como forma de direcionar a pesquisa, foi preciso levantar um questionamento e propor hipóteses que, ao longo do trabalho, serão levadas em consideração ou refutadas. Sobre o estudo, levantou-se a seguinte questão norteadora: “Como o processo de escolarização no EJA contribui para o enfrentamento da exclusão social?”. O trabalho proposto visa como objetivo principal compreender os desafios que os alunos da EJA enfrentam na sociedade no seu dia a dia. Para isso, é necessário analisar a história dessa modalidade de ensino no Brasil. Entender a história da EJA no ambiente escolar para aqueles que não tiveram acesso à educação em sua idade própria; perceber a importância do professor no processo de ensino aprendido. Assim, conclui-se que a docência na EJA vai além de propor o conhecimento e a educação, mas sim contar deste pensamento o professor se conscientize de sua função no progresso de seus estudantes, auxiliando para a melhoria da qualidade do ensino.

2 Histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A história da EJA foi influenciada por vários aspectos políticos, econômicos e sociais ao longo do tempo, pois a educação no Brasil tem passado por transformações e desafios. A educação, nesse contexto, vai caminhando para chegar com qualidade aos objetivos que devem ser atingidos para atender as necessidades dos educandos. Como afirma Gonçalves (2011, p. 7): “a realidade educacional brasileira é bastante complexa, com inúmeros desafios e problemas que se inter-relacionam com o panorama político, econômico e social do país”.

Para compreender o presente, é preciso entender o passado. Para refletir como a EJA teve seu início, é necessário analisar como foi o processo para chegar ao que temos hoje. A Educação de Adultos conquista seu espaço na história da educação no Brasil na década de 1930, em que algumas mudanças políticas e econômicas contribuíram para consolidar um

sistema público de educação primária no país. No fim da ditadura da era Vargas, na década de 1940, o Brasil apresenta um grande desenvolvimento econômico, que acabou influenciando a promoção da Educação e qualificação do povo para suprir o crescimento e as necessidades das indústrias, bem como o governo tinha o interesse de aumentar o número de eleitores no país.

A partir da necessidade de sua criação, a EJA firmou-se como interesse nacional dentro da preocupação educacional. Promoveu-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos pelo MEC em 1947, que tinha seu objetivo inicial alfabetizar uma grande parte da população e, em seguida, capacitá-la profissionalmente. Tal campanha tinha o intuito de levar a educação básica a todos os brasileiros analfabetos, auxiliando no desenvolvimento destes e sua inserção na sociedade. Apesar de alguns resultados expressivos e criação de várias escolas, o programa teve fim em 1950.

No decorrer da década de 1960, foi instituído o Programa Nacional de Alfabetização pelo Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964. Este programa tinha como princípio a ideia de que a educação deveria ser acessível a todos. Esse novo modelo apresentava semelhanças com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. No entanto, a iniciativa anterior apresentou algumas falhas devido ao curto espaço de tempo destinado à alfabetização, o que resultou em várias críticas relacionadas à qualidade da aprendizagem que estava sendo promovida. Diante dessa situação, foram os fundamentos e o trabalho do educador Paulo Freire que influenciaram o Programa Nacional de Alfabetização. Esse novo enfoque utilizava a realidade do educando como ponto de partida para a alfabetização, partindo de suas próprias palavras e incorporando materiais didáticos ligados ao seu cotidiano.

Surgiu, então, o Supletivo em 1971, com o foco na oportunidade de oferecer um tipo de ensino no qual os alunos fossem avaliados por exames finais duas vezes ao ano, sem a necessidade de frequentar as aulas regularmente. Isso permitia a conclusão do Ensino Fundamental e Médio. Nos anos subsequentes, a EJA reconheceu a importância de conceder um período mais amplo para a alfabetização, visando garantir um aprendizado mais sólido e eficaz. Isso foi alcançado por meio da utilização de materiais didáticos cujos conteúdos estavam alinhados com a cultura e a realidade dos estudantes.

No ano de 1980, com a criação da Fundação Educar, os estados e municípios passaram a assumir programas de alfabetização para Jovens e Adultos. No entanto, isso acarretou desafios significativos, como a falta de materiais didáticos específicos e pesquisas voltadas para essa área, a fim de apoiar o processo de alfabetização. Tornou-se evidente a importância de um conhecimento prévio dessa modalidade de ensino, a fim de que todos os envolvidos

nesse processo pudessem satisfazer as necessidades dessa parcela da população excluída e marginalizada pela sociedade em que vivem. Isso permitiria a formação educacional, na qual os indivíduos reconhecessem seus direitos e responsabilidades na sociedade. No entanto, a Fundação Educar não conseguiu erradicar o analfabetismo e foi extinta em 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor.

Como percebemos, foram vários os programas que surgiram ao longo dos anos até chegar à modalidade da EJA que conhecemos hoje. Ainda é necessário, nesse sentido, evoluir para se tornar efetivo na promoção de ensino e de conhecimento. Como afirmam Souza e Soares (2017):

Para discutir e efetivar políticas educacionais pertinentes para a EJA, é preciso pensar os tempos e os espaços escolares da mesma forma como tem sido pensado criticamente em outras etapas e modalidades da educação básica. É necessário discutir currículo, metodologia de ensino, formação das turmas, utilização de materiais didáticos próprios e específicos, formas de avaliação, uma vez que as turmas de EJA são indiscutivelmente heterogêneas em sua formação (Souza; Soares, 2017, p. 166).

Dessa forma, ao considerar a abrangência do processo de ensino-aprendizagem, observamos que a educação em si traz à tona discussões reais, e a EJA também traz uma discussão sobre a formação do aprendiz e as metodologias a serem adotadas na criação do currículo. Isso possui uma importância fundamental para que a educação deixe de ser apenas teoria e se torne uma realidade, contribuindo para tornar a experiência educacional mais satisfatória.

A legislação estabelecida para a EJA tem como objetivo atender à demanda de pessoas que buscam educação mesmo estando fora da faixa etária convencional. Entretanto, muitas pessoas não têm acesso a essa oportunidade. A Lei 9.394/96 estabelece que a EJA, no âmbito legal, visa a proporcionar a todos a oportunidade de aprendizado e a redução das desigualdades sociais para os estudantes que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada. Para essas pessoas, a EJA ocupou um lugar menos valorizado dentro da perspectiva da sociedade brasileira. Enquanto os recursos eram direcionados principalmente para a educação básica de crianças e adolescentes, as verbas destinadas à EJA foram insuficientes.

Haddad e Di Pierro (2000) apontam que a EJA ganhou sua identidade na segunda metade do século XX, com as primeiras políticas públicas propostas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Essa abordagem possibilitou que a aprendizagem escolar ocorresse não apenas durante a infância, mas também na fase adulta, permitindo que o indivíduo fosse inserido na

construção da sociedade. A EJA, como modalidade educacional, tornou-se crucial para a promoção da cidadania, já que, conforme os autores, tanto os jovens quanto os adultos desempenham papéis fundamentais na sociedade e possuem plenos direitos, necessitando da educação para transformar suas vidas.

2.1 O aluno do EJA e o trabalho do professor

Inicialmente, destacam-se dois atributos distintos dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Primeiramente, a condição de terem sido excluídos do sistema escolar, e em segundo lugar, o fato de não serem crianças. Apesar de a segunda característica parecer óbvia, muitas vezes essa diferença não é considerada relevante no contexto da Educação de Jovens e Adultos, especialmente quando as mesmas abordagens pedagógicas utilizadas para crianças são empregadas.

A condição de exclusão escolar influencia na maneira como esses indivíduos se tornam participantes ativos no processo de aprendizagem. Por outro lado, na realidade atual, a Educação de Jovens e Adultos pode ser interpretada como a falta de oportunidade para aqueles que não puderam frequentar a escola durante a idade estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para a conclusão do ensino fundamental ou médio. Souza e Soares (2017) apontam o perfil desses alunos que cursam a EJA:

O público jovem e adulto em defasagem idade - série, portanto os trabalhadores que acima de 18 anos, não completaram ainda 12 anos de estudos, os não alfabetizados acima de 15 anos e aqueles que demandam uma formação básica integrada à educação profissional (Souza; Soares, 2017, p. 163).

Em geral, os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede pública são indivíduos que não tiveram a oportunidade de estudar em sua época ou pessoas que, por diversos motivos, não priorizaram os estudos. Essa população é predominantemente formada por trabalhadores proletários, desempregados, donas de casa, jovens, idosos e pessoas com deficiência. De acordo com Souza (2017), o processo educacional na EJA deve ser concebido como um instrumento de libertação, pois os alunos que frequentam essa modalidade muitas vezes já estão aprisionados em condições socioeconômicas que os marginalizam e subestimam.

A EJA é considerada uma vertente da educação básica, englobando tanto o ensino fundamental quanto o médio, o que requer uma abordagem sensível às suas especificidades e, por consequência, uma formação docente adequada. Os professores se sensibilizam com os

alunos que trazem consigo históricos de exclusão escolar, e frequentemente sentem-se pessoalmente responsáveis por esse fracasso. Esses educadores carregam o peso da responsabilidade de reverter o sentimento de desvalorização imposto aos alunos que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos.

É conhecido que, durante a formação inicial, os professores não adquirem todos os conhecimentos essenciais para atender às demandas de uma sala de aula, já que essas demandas variam conforme a realidade de cada contexto. Como resultado, é crucial que os docentes continuem a se capacitar, participando de programas de formação continuada com o objetivo de (re)aprender ou (re)contextualizar suas práticas diárias em sala de aula, buscando constantemente aprimorar seus conhecimentos e métodos. Assim, Delors diz que:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (Delors, 2003, p. 160).

Dessa forma, Delors, (2003, p. 159) afirma, sobre o docente e sua prática:

para ser eficiente precisará recorrer a jurisdições pedagógicas muito múltiplas e a características humanas, por exemplo: autoridade, calma e modéstia [...]. Aperfeiçoar a qualidade e o estímulo dos docentes é necessário ser uma prioridade em todas as instituições de ensino.

Partindo disso, podemos compreender que, para realizar suas tarefas de forma eficaz, é necessário buscar constantemente novas ferramentas e abordagens para aplicar em sala de aula, a fim de tornar o ambiente mais dinâmico. Nesse contexto, Freire (1996, p. 43) assegura que “na formação permanente, o momento essencial é a reflexão crítica acerca da prática. É pensando de maneira crítica na prática de atualmente ou de ontem que se pode aperfeiçoar a prática de amanhã”. Portanto, os professores precisam sair da zona de conforto e reavaliar suas ações em sala de aula, visando alcançar melhores resultados.

Continuando nessa linha, Freire (1996, p. 44) enfatiza à importância da disposição e aceitação por parte dos professores, afirmando que “quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou os motivos de ser de porque estou sendo dessa forma, mais fico capaz de mudar de comportamento, de promover-me [...]”. O autor salienta a necessidade de os docentes identificarem o que pode não estar funcionando corretamente em suas aulas para poderem fazer ajustes necessários.

Para alcançar esse objetivo, é fundamental que esses educadores compreendam e internalizem o valor e a influência que exercem em relação à vida dos alunos em formação, o que os motivará a se engajar mais plenamente em suas responsabilidades. Reconhecendo essa importância, na realização de seu trabalho, compreendemos que os professores são peças-chave na comunidade e desempenham um papel que, de acordo com Soares e Pinto (2001, p. 7), é de “[...] estimulador, agente facilitador, mediador dos pensamentos apresentadas pelos estudantes, da forma que estas sejam produtivas, induzindo os estudantes a pensarem e a produzirem seus próprios conhecimentos”.

Nesse contexto, o professor deve estar ciente de que seu conhecimento não é absoluto e que os estudantes trazem consigo conhecimentos prévios. O que o professor precisa fazer é reconhecer que em sua prática é crucial explorar a base de conhecimento que os estudantes já possuem, uma vez que esses conhecimentos precisam apenas ser aprimorados. Isso requer disposição para ajustar e flexibilizar as metodologias empregadas em sala de aula.

2.2 A EJA e o enfrentamento da exclusão social

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) visa atender jovens e adultos que, por diversas razões, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos. Em sua maioria, são trabalhadores em busca de melhorias nas condições de vida, autoestima e para evitar a exclusão social resultante da falta de educação. Segundo a Constituição, a política para jovens e adultos tem o objetivo de contribuir para a igualdade de oportunidades educacionais, enquanto também estabelece que as crianças e adolescentes devem frequentar a escola para seu desenvolvimento pessoal e preparo para a cidadania. De acordo com o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (9.394/96), a EJA é uma estratégia de fortalecimento.

Além disso, conforme a Constituição, a EJA tem três funções: reparar, equalizar e qualificar. A função de reparar visa a garantir o direito à educação que, por motivos diversos, foi negado aos cidadãos. A função equalizadora busca não apenas combater a evasão escolar, mas também inserir socialmente indivíduos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos anteriormente. Por meio da EJA, esses indivíduos têm a chance de entrar no mercado de trabalho e participar da vida social. A função qualificadora da EJA permite que os alunos se desenvolvam e se adequem tanto em contextos escolares quanto não escolares.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil teve origem em um contexto político, social e econômico em que trabalho e educação estavam fortemente interligados, e a demanda

por trabalhadores impulsionou a busca por formação educacional. Já na década de 30, a educação começou a ganhar mais importância, levando a transformações significativas na educação nacional e, por consequência, à criação da modalidade EJA (Colavitto; Arruda, 2014).

A EJA carrega marcas históricas de exclusão social, que englobam grupos identificados por fatores religiosos, econômicos, culturais e políticos. A exclusão social é um fenômeno com raízes históricas e varia conforme os períodos sociais. A EJA atende, principalmente, pessoas que foram marginalizadas em algum momento de suas vidas em relação à educação, e que buscam retornar à escola para melhorar suas perspectivas futuras e concretizar seus projetos. De acordo com estudos, os alunos dessa modalidade apresentam especificidades, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

Artigo 37 - traduz os fundamentos da EJA ao atribuir ao poder público a responsabilidade de estimular e viabilizar o acesso e a permanência do trabalhador[estudante] na escola, mediante ações integradas e complementares entre si, mediante oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular (Brasil, 2013, p. 41).

O poder público tem como objetivo garantir a oferta gratuita de educação, visando possibilitar o acesso educacional, levando em consideração as características e necessidades dos alunos, seus interesses e, principalmente, suas condições de vida. O sistema educacional deve assegurar a esses alunos oportunidades educacionais que contribuam para melhorias na qualidade de vida e para suas chances no mercado de trabalho.

De acordo com Estivill (2003), além de considerar as condições e necessidades do aluno, é fundamental levar em conta seu interesse e comprometimento em melhorar sua qualidade de vida. Essa modalidade de ensino tem como foco valorizar as experiências vividas pelos estudantes, a fim de construir um aprendizado significativo que promova a inclusão social. Para ingressar na EJA, o aluno deve ter mais de 15 anos e estar com defasagem educacional. Esse critério facilita o acesso dos alunos, que podem realizar exames para concluir os níveis de ensino e garantir a qualidade de sua formação escolar. O atendimento na EJA é pautado pelo humanismo e busca a formação integral do aluno. Portanto, o docente precisa ter uma formação que o habilite a desempenhar um papel integrador e desenvolvimentista na formação do aluno.

A formação do professor deve ser guiada pela combinação de diretrizes educacionais com a prática pedagógica em sala de aula, que deve proporcionar aos educandos as condições para desenvolvimento pessoal e, principalmente, social. Levando em consideração as

necessidades de cada aluno, é importante abordar saberes que estejam relacionados ao cotidiano e às vivências que permitam a integração do estudante em seu processo de aprendizado (Gadotti; Romão, 1995).

2.3 As possibilidades que a escola e o poder público podem proporcionar para o enfrentamento da exclusão social

A EJA está firmemente comprometida com o combate à desigualdade social gerada pela marginalização dos indivíduos. Muitos alunos nessa modalidade sentem-se fracassados e culpados pela falta de escolarização, porém, frequentemente esquecem que diversos fatores sociais estão envolvidos e contribuíram para a interrupção de seus estudos. A EJA tem como objetivo contextualizar os conteúdos abordados em sala de aula, levando em consideração a realidade do contexto e as perspectivas individuais dos estudantes.

[...] fundada nos valores da democracia, da participação, da equidade e solidariedade social, a EJA deve permitir aos educandos mudar a qualidade de sua intervenção na realidade. Seu objetivo primeiro é, pois, a construção de novas formas de participação e de exercícios pleno e consciente dos direitos da cidadania. A formação para o trabalho, entendida como uma das dimensões da educação continuada de jovens e adultos, deve articular-se à educação geral e atender aos fins da educação nacional (Paiva; Machado; Ireland, 2007, p. 27).

A escola tem a capacidade de mitigar a exclusão social, embora não consiga erradicá-la por completo. A instituição escolar conta com mecanismos legais que garantem a conclusão dos estudos e asseguram a disponibilidade gratuita da educação para todos, especialmente para aqueles que não tiveram acesso na idade adequada. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece os princípios fundamentais para a oferta de educação na escola, mesmo para aqueles que estão fora da faixa etária padrão. A Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que não puderam acessar ou se manter na escola em idade convencional (Albuquerque; Souza, 2013).

O poder público viabilizará o acesso e permanência do trabalhador na escola por meio de ações integradas. Particularmente o público do EJA tem garantido a seguridade de terminar sua formação acadêmica além disso promover o exercício de cidadania e a implantação de políticas públicas voltadas para a educação contribuem para este objetivo. A intenção do poder público não é de somente ofertar o ensino aos jovens e adultos em defasagem escolar como forma de caridade, mas sim oferecer uma reparação histórica embasada no analfabetismo e seu alto índice nacional durante anos.

Atualmente, o Ministério da Educação (MEC) criou a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) para articular o ensino e demais programas voltados para os alunos do EJA, tais como: Programa Brasil Alfabetizado (PBA); Concurso Literatura para Todos; educação em prisões e Medalha Paulo Freire. Além disso, o MEC oferece formação continuada para professores, com materiais didáticos de alta qualidade. Em 2011, o governo lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que tem como objetivo proporcionar cursos de educação profissional e técnica.

Adicionalmente, como também mencionam Albuquerque e Souza (2013), o poder público, em parceria com escolas municipais, estaduais e empresas, oferece cursos de capacitação profissional para os alunos da EJA, com o intuito de prepará-los para ingressar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhorar suas condições de vida. Ainda há muito a ser feito para reduzir a evasão escolar, sendo necessário investir em ações coletivas tanto no âmbito social quanto educacional, a fim de diminuir a exclusão social decorrente da falta de educação formal.

3 Considerações Finais

Ao refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tornou-se evidente que a educação no Brasil está passando por um extenso processo de transformação e evolução, e essa evolução também tem impactado a EJA, requerendo uma política educacional mais específica para esse público. É crucial enfatizar que, nas turmas da EJA, é essencial estabelecer uma conexão entre os conhecimentos trazidos pelos alunos e os conteúdos de geografia ensinados na escola. O professor deve reconhecer o papel da educação na vida dos alunos e compreender que há muito a ser alcançado e explorado em relação aos currículos.

Adicionalmente, a EJA proporciona aos alunos uma oportunidade de estudos que não tiveram durante o período regular. É importante ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos é uma compreensão de que a educação não está limitada pela idade; é um direito social e humano. Cada vez mais, espaços estão sendo conquistados, e planejar cursos de EJA sem levar em consideração a diversidade desses indivíduos ou sem considerar fenômenos como evasão ou defasagem seria inadequado, sem uma análise das ações na escola e na sociedade que podem ter causado tais fenômenos, levando esses alunos a um afastamento prolongado da educação.

Como mencionado anteriormente, o público da EJA procura essa modalidade devido à incapacidade de concluir seus estudos devido a vários fatores. Assim, a procura ocorre principalmente por causa da exclusão social resultante da falta de educação. A escola desempenha um papel fundamental em combater a exclusão social, oferecendo aos indivíduos formação social, cultural e política, além de melhorar suas condições econômicas.

Os educadores que optam por trabalhar com a EJA devem estar cientes de que lidarão com um público frequentemente marginalizado e que enfrentou desafios na educação tradicional. O professor deve explorar estratégias que se concentrem no cotidiano dos alunos, bem como em outras experiências que possam ser usadas como metodologias de ensino. É essencial que o educador oriente os alunos em direção à organização e autonomia em seus processos de aprendizado. Nessa modalidade de ensino, diversas abordagens devem ser experimentadas, incorporando também o compartilhamento de diversas experiências e perspectivas de vida.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. C. S. SOUZA, D. D. N. **Educação de Jovens e Adultos: Contribuições para o enfrentamento da exclusão social.** Trabalho de Conclusão de Curso — (Graduação em Pedagogia) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.
- BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** 2017[1996]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.
- COLAVITTO, Nathália Bedran. ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Educação de Jovens e Adultos (EJA): A importância da Alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.
- ESTIVILL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias.** São Paulo: Bureau Internacional do Trabalho, 2003. p. 5-20.
- FREIRE, P. **A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: “Paz e Terra”, 1996.
- GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1995. p. 13-28.
- GONÇALVES, N. G. **Constituição histórica da educação no Brasil.** Curitiba: Ibepex, 2011.

HADDAD, S.; DI PIERRO M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, p. 108-194, 2000.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea 1996-2004**. Brasília, 2007.

SOUZA, Kátia Cristina Dambiski; SOARES, Marcos Aurélio Silva. **Sistemas de Ensino: Legislação e Política Educacional para a Educação Básica**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

SOUZA, Camila Zeferino. O Processo de Ensino e Aprendizagem e a Trajetória de Vida dos Alunos da EJA. **Educar FCE**, São Paulo, v. 6, n. 01, p. 34-40, 2017. Disponível em: <https://fce.edu.br/blog/o-processo-de-ensino-e-aprendizagem-e-a-trajetoria-de-vida-dos-alunos-da-eja/>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

SOARES, M. T. C., PINTO, N. B. Metodologia da resolução de problemas. In: Reunião ANPED, 24., 2001, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2001. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/tp1.htm>. Acesso em: 25 ago. 2023.